

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação



PROJETO DE LEI Nº 3846/2022

Reconhece o Festival de Inverno realizado no município de Monte Horebe - PB como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba. Exara-se parecer pela constitucionalidade da matéria.

AUTOR (A): DEP. DR TACIANO DINIZ

RELATOR (A): DEP.HERVÁZIO BEZERRA

 $PARECER\ N^{o}$ 356 /2022

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 3846/2022,** de autoria da ilustre Deputado Dr. Taciano Diniz, que "Reconhece o Festival de Inverno realizado no município de Monte Horebe - PB como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba.".

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II – VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise tem por finalidade reconhecer o Festival de Inverno realizado no município de Monte Horebe - PB como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba.

O autor, em sua justificativa, diz:

A Prefeitura Municipal de Monte Horebe realiza anualmente as festividades de inverno no período de 24 a 29 de maio, onde conta com a participação não só dos munícipes, mas também de turistas de todas as regiões circunvizinhas. O episódio cultural tem o intuito de movimentar e incentivar o turismo na localidade em questão, aumentando o número de turistas e visitantes ao encontro, aquecendo assim a economia local e possibilitando a criação de novos empregos diretos e indiretos na região. A cidade de Monte Horebe e toda região circunvizinha possuem um vasto cenário com belezas naturais que nessa época do ano com a chegada do frio proporciona um significativo aumento no número de turistas que procuram o local, portanto nosso intuito é estimular o aumento do turismo e avanço cultural da localidade e de toda nossa Paraíba. Posto isto, e por ser matéria de relevante importância para a cultura, turismo e economia de todo estado da Paraíba, solicito o apoio dos nobres colegas parlamentares a aprovação da propositura ora apresentada.

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, nos termos do art. 31, I, do Regimento Interno dessa Casa.

No que tange à competência legislativa constitucionalmente conferida aos entes federativos, vê-se que a competência para legislar acerca da matéria tratada na proposição é de natureza concorrente entre Estados e União, conforme o disposto no art. 7°, § 2°, VII, da Constituição Estadual:

Art. 7º São reservadas ao Estado as competências que não sejam vedadas pela Constituição Federal.

[...]







§2º Compete ao Estado legislar privativa e concorrentemente com a União sobre:

[...]

VII — proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, paisagístico e urbanístico.

A Constituição Federal tratou desta temática de maneira bastante inovadora, ao consagrar uma concepção de patrimônio histórico mais abrangente, de forma a compreender os bens culturais de maneira associada aos valores neles investidos e o que representam. Vejamos o teor do art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

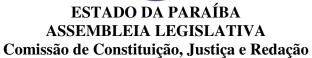
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desse modo, tendo em vista a adequação do presente projeto às regras de competência e aos trâmites legislativos, faz-se necessário reconhecer a sua constitucionalidade.

Quanto à juridicidade e à regimentalidade, não se encontram quaisquer vícios impeditivos à tramitação da proposta. Já no que tange à técnica legislativa, a proposta se encontra em consonância ao que dispõe a Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, atendendo ao propósito constitucional, inclusive por meio da atividade legiferante do Estado, demonstrada na apresentação de







projetos como o ora discutido, esta relatoria está convencida **constitucionalidade do Projeto de Lei nº 3846/2022.**

É como voto.

Sessão remota, 09 de junho de 2022.

Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA** Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III-PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação é por unanimidade pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 3846/2022, nos termos do Voto do Relator.

É o parecer.

Sessão remota, 09 de junho de 2022.

PRESIDENTE

Membro

DEP. Delegado Wallber Virgolino MEMBRO

Membro

Membro